

Vila Espírito Santo III
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.

Serra do Mel - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	330	126	Fornecedores	11	1.086	16.536
Contas a receber	6	3.899	-	Adiantamento de clientes	12	5.856	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	606	49	Obrigações tributárias		547	53
Despesas pagas antecipadamente	8	110	71	Imposto de renda e contribuição social a pagar		16	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	-	20.973	Obrigações sociais e trabalhistas		626	396
Instrumentos financeiros derivativos	21.a	-	14.522	Dividendos a pagar		59	-
Outras contas a receber		16	6	Arrendamentos	9	2	-
Total do ativo circulante		4.961	35.747	Total do passivo circulante		8.192	16.985
Despesas pagas antecipadamente	8	268	-	Adiantamento de clientes	12	52.642	57.993
Direito de uso	9	2.905	2.187	Arrendamentos	9	2.102	2.187
Imobilizado	10	169.542	68.756	Provisão para desmobilização	13	878	-
Total do ativo não circulante		172.715	70.943	Total do passivo não circulante		55.622	60.180
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		113.671	30.023
				Reserva de lucros		191	-
				Prejuízos acumulados		-	(498)
				Total do patrimônio líquido		113.862	29.525
Total do ativo		177.676	106.690	Total do passivo e patrimônio líquido		177.676	106.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	16	<u>5.348</u>	<u>-</u>
Custos de operação	17	<u>(3.081)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		2.267	-
Despesas gerais e administrativas	18	(975)	(176)
Outras (despesas) operacionais		<u>(6)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.286</u>	<u>(176)</u>
Receitas financeiras	19	22	98
Despesas financeiras	19	<u>(76)</u>	<u>(11)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(54)</u>	<u>87</u>
Resultado antes dos tributos		<u>1.232</u>	<u>(89)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	<u>(484)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		<u><u>748</u></u>	<u><u>(89)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	<u>748</u>	<u>(89)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u><u>748</u></u>	<u><u>(89)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>					
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	<u>27.769</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(409)</u>	<u>27.360</u>
Subscrição de capital social	70.218	(70.218)	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	2.254	-	-	-	2.254
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(89)</u>	<u>(89)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>97.987</u>	<u>(67.964)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(498)</u>	<u>29.525</u>
Integralização de capital	-	67.964	-	-	-	67.964
Subscrição e integralização de capital social	15.684	-	-	-	-	15.684
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	748	748
Constituição de reserva legal	-	-	13	-	(13)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(59)	(59)
Reserva de retenção de lucros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>178</u>	<u>(178)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>113.671</u>	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>113.862</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos		<u>1.232</u>	<u>(89)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10	1.082	-
Juros incorridos sobre direito de uso	9	37	-
Amortização direito de uso	9	<u>8</u>	<u>-</u>
Resultado ajustado		<u>2.359</u>	<u>(89)</u>
Variações em:			
Contas a receber	6	(3.899)	-
Contas a receber partes relacionadas		-	212
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	(557)	(49)
Outras contas a receber		(10)	(6)
Despesas pagas antecipadamente	8	(307)	(41)
Fornecedores	11	(928)	389
Obrigações sociais e trabalhistas		230	396
Obrigações tributárias		<u>494</u>	<u>45</u>
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(2.618)</u>	<u>857</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(468)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades operacionais		<u>(3.086)</u>	<u>857</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	20.973	-
Aquisição ao ativo imobilizado	10	<u>(101.217)</u>	<u>(10.848)</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(80.244)</u>	<u>(10.848)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos	9	(114)	-
Integralização de capital	15.a	<u>83.648</u>	<u>2.254</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>83.534</u>	<u>2.254</u>
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>204</u>	<u>(7.737)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	126	7.863
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	<u>330</u>	<u>126</u>
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>204</u>	<u>(7.737)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Serras do Mel Holding S.A., a qual detém 100% de suas ações. Foi constituída em 26 de junho de 2019, estabelecida na Vila Espírito Santos, S/N – Lote 12, Zona Rural, município de Serra do Mel no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Espírito III, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 9 unidades geradoras de 4,2MW médios, totalizando 37,8MW médios de capacidade instalada.

A Companhia iniciou suas operações de geração de energia eólica no mês de novembro de 2021.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médio)	Garantia Física
EOL Vila Espírito Santo III	8.617/2020	12/03/2020	35 anos	37,8	18,7

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em 31 de dezembro de 2031

Empreendimento	Tipo	Energia contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Espírito Santo III	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro

(*) Ambiente de contratação livre.

(**) A Companhia possui 80% de suas receitas contratadas em face da garantia física a partir da entrada em operação no ano de 2021.

1.3 Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 3.231 (positivo em R\$18.762 em 31 de dezembro de 2020).

O capital circulante negativo da Companhia se deve ao fato de o parque eólico estar em construção. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes. Sendo que, após o início das operações gradativamente o capital circulante negativo será revertido

1.4 Pandemia da COVID-19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

No projeto em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não

são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia atua. A seguir estão elencadas as principais contas acompanhadas pela Companhia.

c. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia no ambiente livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensurados a valor justo.
- Instrumentos financeiros derivativos.
- Fornecedores - Compromisso firme.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e arrendamentos - (nota explicativa nº 9) – principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento
- Imobilizado (nota explicativa nº 10) – principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para custos de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 13) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.
- Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21.a) – principais premissas na mensuração ao valor justo.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

(i) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa e no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção.

Hedges de valor justo

A Companhia adota o *hedge* de valor justo, para a proteção contra o risco de moeda estrangeira de compromissos firmes atrelados a compra de ativos imobilizados.

Para os derivativos designados como *hedge* de valor justo, as respectivas variações no valor justo dos instrumentos de proteção são reconhecidas no resultado do exercício, sobre a rubrica, “Outras receitas (despesas) operacionais”

Ao aplicar a contabilidade de *hedge* por meio de valor justo para compromissos firmes, além das oscilações no valor justo do instrumento de *hedge*, que são reconhecidas no resultado, a Companhia, reconhece também em contrapartida ao resultado as alterações no valor justo desses compromissos firmes, em contrapartida a mesma rubrica em que são reconhecidas as oscilações no valor justo dos instrumentos de *hedge*, ou sejam em “Outras receitas (despesas) operacionais”. A aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo acarreta também no

reconhecimento das oscilações do valor justo do passivo proveniente do item protegido, onde caso não fosse aplicada a contabilidade de *hedge* de valor justo, tais oscilações no valor justo desses compromissos firmes não seriam reconhecidas por serem tratadas de passivos executórios. Na data de vencimento da designação da contabilidade de *hedge* de valor justo o saldo reconhecido referente ao valor justo do compromisso é transferido para o custo do objeto de *hedge*.

A Companhia designa o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política da Companhia é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. A Companhia avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, líquidos do rendimento de aplicação financeira oriunda do financiamento. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação quando o parque eólico entrar em operação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 13. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 10,64% a.a

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre) e as respectivas sobras no Mercado de Curto Prazo, ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas anualmente e quadrienalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia, após avaliação, não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

f. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes constituem obrigações advindas de contratos firmados com contrapartes, onde a Companhia recebeu recursos financeiros, com a obrigação de entregar energia durante os exercícios de 2022 a 2031.

No reconhecimento inicial os adiantamentos são mensurados com base no valor justo, o qual é equivalente ao valor da contraprestação recebida do cliente em adiantamento.

Por se tratar de um item não monetário, os respectivos valores não sofrerão ajuste a valor presente em períodos subsequentes e serão liquidados mediante a entrega de energia contratada durante o período de contrato.

g. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo. As receitas percebidas pela Companhia são tributadas a alíquota de 1,65% para o Pis e 7,6% para a Cofins, exceto as receitas financeiras onde a alíquota para o Pis é de 0,65% e para a Cofins de 4%.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

i. Juros capitalizados

Os juros dos financiamentos são reconhecidos no ativo imobilizado da Companhia a medida que estes estejam relacionados intrinsecamente com a construção do parque eólico. O reconhecimento cessa a partir do momento em que os ativos estão aptos a produzir e a disposição da Companhia.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de

financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos de caixa e bancos (a)	<u>330</u>	<u>126</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>330</u>	<u>126</u>

- (a) Numerários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

6 Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>
Transações realizadas no MCP CCEE (a)	<u>3.899</u>
Total	<u>3.899</u>

(a) Mercado de Curto Prazo – (CCEE).

7 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF a Compensar	37	-
IRPJ e contribuição social a recuperar	<u>569</u>	<u>49</u>
Total	<u>606</u>	<u>49</u>

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros a apropriar (*)	352	71
Fianças e compromisso	<u>26</u>	<u>-</u>
Total	<u>378</u>	<u>71</u>
Circulante	110	71
Não circulante	268	-

(*) Referente apólices para cobertura de riscos de responsabilidade civil e garantia de fiel cumprimento em relação a construção do parque eólico.

9 Direito de uso e arrendamentos.

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

	2021				
	Valor líquido em 01/01/2021	Adições (*)	Baixa	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	2.187	878	(73)	(87)	2.905
Total do ativo	2.187	878	(73)	(87)	2.905

(*) Referente ao reconhecimento de custos com provisão para desmobilização do parque eólico. Nota explicativa nº 13.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram movimentações de direito de uso, em decorrência do período de carência, na fase pré-operacional conforme acordo contratual.

Composição dos saldos de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	2.104	2.187
Total	2.104	2.187
Circulante	2	-
Não circulante	2.102	2.187

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrada abaixo:

	2021				
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2021
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	2.187	(73)	(114)	104	2.104
Total	2.187	(73)	(114)	104	2.104

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram movimentações de arrendamento, em decorrência do período de carência na fase pré-operacional conforme acordo contratual.

10 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	68.756
Máquinas e equipamentos (*)	15-30 anos	170.624	(1.082)	169.542	-
Total		170.624	(1.082)	169.542	68.756

(*) Os custos incorridos com ativo imobilizado estão em processo de unitização pela Companhia, sendo que, ao final dos trabalhos, a Companhia irá transferi-los da linha de máquinas e equipamentos para aquelas apontadas no processo de unitização. A Companhia não espera mudanças significativas no valor da depreciação por conta do processo de unitização.

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2021					
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Juros capitalizados (*)	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento	68.756	101.296	572	(170.624)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	170.624	(1.082)	169.542
Total	68.756	101.296	572	-	(1.082)	169.542

	Saldo em 31/12/2019 (Não auditado)	Adição	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	56.645	12.111	68.756
Total	56.645	12.111	67.756

(*) Refere-se a juros sobre arrendamentos.

11 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços (a)	704	2.014
Compromisso firme (b)	-	14.522
Partes relacionadas (c)	63	-
Provisões diversas	319	-
Total	1.086	16.536

- (a) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a construção do parque, onde a Companhia já incorreu em gastos, mas ainda não recebeu as referidas faturas.
- (b) Valor justo das oscilações nos compromissos firmes referente a aquisições de ativo imobilizado, reconhecidos em decorrência da aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo. Conforme detalhado na nota explicativa nº 21.a.
- (c) Conforme nota explicativa nº 20.

12 Adiantamento de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Recebimento antecipado Matrix (a)	58.498	57.993
Total	58.498	57.993
Circulante	5.856	-
Não circulante	52.642	57.993

- (a) Contrato firmado de venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação livre - (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2020, tendo a Companhia obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2031.

13 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 878 inerentes a custos para a desmontagem do parque com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida.

Devido a esta obrigação ser de longo prazo, o valor reconhecido de R\$ 878 em 2021 foi calculado utilizando uma taxa de desconto definida em 10,64%.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	Provisão para Desmobilização
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Reconhecimento inicial	878
Saldo em 31 de dezembro de 2021	878

14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$484 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.232	1.232
Líquido das adições das despesas indedutíveis	256	256
Base de cálculo lucro real	1.488	1.488
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real	349	135
Alíquota efetiva	24%	9%
	<u>31/12/2020</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(89)	(89)
Líquido das adições das despesas indedutíveis	-	-
Base de cálculo lucro real	(89)	(89)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real	(22)	(8)
Alíquota efetiva	25%	9%

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$ 113.671 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 97.987 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 108.469.279 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (95.337.354 em 31 de dezembro de 2020). O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 113.671 (R\$ 30.023 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021 houve subscrição e integralização de capital de forma concomitante no valor de R\$ 15.684 e integralizado o montante de R\$67.964, totalizando o montante integralizado no exercício de R\$ 83.648. Em 31 de dezembro de 2020 houve integralização de R\$ 2.254 de capital social e subscrição de 70.218.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a distribuição de dividendos mínimos obrigatório no montante de R\$ 59. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou prejuízos acumulados e não realizou distribuição de dividendos.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o montante constituído de reserva legal foi de R\$ 13 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos e distribuição de dividendos quando aprovado pelos credores dos contratos de financiamentos, previamente aprovada na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2021 o valor destinado para reserva de retenção de lucros foi de R\$ 178. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apurou lucros.

16 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	5.893
Volume gerado em MWh	39.562
PIS	(97)
COFINS	<u>(448)</u>
Deduções da receita	(545)
	<hr/>
Receita operacional líquida	<u>5.348</u>

(a) Mercado de Curto Prazo – (CCEE).

(b) Referente ao período de entrada em operação, novembro de 2021.

17 Custos de operação

	<u>31/12/2021</u>
Depreciação	(1.082)
Engenharia e gestão de processos O&M	(420)
Encargos de conexão e transmissão	(1.019)
Amortização direito de uso	(6)
Gastos com pessoal	(114)
Serviços de terceiros	(85)
Seguros	(337)
Outros	<u>(18)</u>
Total	<u>(3.081)</u>

18 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de terceiros	(911)	(55)
Legais, judiciais e publicações	-	(102)
Gastos com pessoas	(61)	-
Outras despesas administrativas	<u>(3)</u>	<u>(19)</u>
Total	<u>(975)</u>	<u>(176)</u>

19 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendimento sobre aplicações financeiras	22	98
Receitas financeiras	<u>22</u>	<u>98</u>
Tarifas bancárias	(18)	(4)
Juros (Fornecedores)	(16)	(2)
Juros sobre arrendamento	(37)	-
Outras despesas financeiras	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
Despesas financeiras	<u>(76)</u>	<u>(11)</u>

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Ativo	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mútuos financeiros com partes relacionadas		
Serra do Mel Holding S.A. (i)	-	<u>20.973</u>
Total	<u>-</u>	<u>20.973</u>
		<u>31/12/2021</u>
<u>Passivo</u>		
Contas a pagar com partes relacionadas (ii)		
Echoenergia Participações S.A. – Nota explicativa nº 11		<u>63</u>
Total		<u>63</u>
Resultado		
		<u>31/12/2021</u>
Compartilhamento de custos (ii)		(106)
Compartilhamento de despesas (ii)		<u>(204)</u>
Total transações no resultado		<u>(310)</u>

- (i) Refere-se a mútuos estabelecidos entre a Companhia e sua Controladora final no valor de R\$ 20.973, não havendo incidência de juros nesta operação. Os saldos foram recebidos em caixa durante o exercício de 2021.

- (ii) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora final Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2022. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, através do compartilhamento de despesas.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5	330	-	126	-
Contas a receber	6	3.899	-	-	-
Derivativos a receber	21.a	-	-	-	14.522
Passivos financeiros					
Fornecedores e compromisso firme	11	1.086	-	2.014	14.522
Adiantamento de clientes	12	58.498	-	57.993	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos	5	Nível 2	330	330	126	126
Contas a receber	6	Nível 2	3.899	3.899	-	-
Derivativos a receber	21.a	Nível 2	-	-	14.522	14.522
Fornecedores	11	Nível 2	1.086	1.086	16.536	16.536
Adiantamento de clientes	12	Nível 2	58.498	58.498	57.993	57.993
Total			63.813	63.813	89.177	89.177

- (a) A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Compromisso Firme – Fornecedores indexados à moeda estrangeira

Para o valor justo referente a compromisso firme para aquisição de ativo o imobilizado a precificação ao valor de mercado é feito utilizando-se taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possuía compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativo imobilizado atrelados ao euro, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa e principalmente o valor justo das oscilações da moeda estrangeira, manteve operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF).

Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

Risco cambial atrelado ao EUR

	Até 1 ano em EUR	Até 1 ano em BRL
Compra de ativo imobilizado – Compromisso firme (*) – (**)	9.026	56.607
Contratos futuros utilizados como hedge de valor justo (*) – (**)	(9.026)	(56.607)
Exposição líquida	-	-

(*) Com base no valor justo

(**) Com o término das obras de construção do parque eólico no terceiro trimestre de 2021, a Companhia para a data de 31 de dezembro de 2021, não mais possuía contratos para aquisição de equipamentos com seu respectivo valor atrelado a moeda estrangeira, bem como derivativos designados como hedge de valor justo com o intuito de proteger o valor dos respectivos equipamentos

<i>em EUR</i>	Valor de referência		Vencimento (Mês/Ano)	Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2020		31/12/2020	Efeito acumulado a receber (**)
Contrato a Termo – NDF	<i>Em EUR</i>	<i>Em R\$ (*)</i>		<i>Em R\$</i>	<i>Em R\$</i>
Desembolso					
Termo líquido	6.038	38.511	mar/21	9.801	9.801
Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
	9.026	57.732		14.522	14.522

(*) Com base no valor a termo

(**) Com base no valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Contratos a Termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de 14.802 (R\$ 14.500 em 31 de dezembro de 2020)

Abaixo são demonstrados os valores de ganho ou perda com derivativos, designados com *hedge* de valor justo durante o exercício de 2020.

	2021	2021
	Derivativos em EUR (*)	Compromisso firme em EUR (*)
Ganho (a)	14.802	-
(Perda) (b)	-	(14.802)
Resultado líquido com derivativos	14.802	
	2020	2020
	Derivativos em EUR (*)	Compromisso firme em EUR (*)
Ganho (a)	14.500	-
(Perda) (b)	-	(14.500)

Resultado líquido com derivativos 14.500 (14.500)

- (b) NDFs designadas como *hedge* de valor justo, liquidadas no exercício de 2021.
 (c) Compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado (*hedge*), liquidados no exercício de 2021.
 (*) Em BRL

22 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras com *rating* AAA, autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	330	126
Contas a receber	6	3.899	-
Derivativos a receber	21.a	-	14.522
Total		<u>4.229</u>	<u>14.648</u>

Risco cambial

A Companhia estava exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos firmes referentes as aquisições de ativo imobilizado. O risco derivava das oscilações entre o Real (R\$) versus Euro (EUR).

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer *hedging* de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utiliza contratos futuros para se proteger do risco cambial. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira tinham seus vencimentos no ano de 2021. Todos os contratos futuros foram designados como *hedge* de fluxo de valor justo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.086	(1.086)	(1.086)	-	-	-
Arrendamentos	2.104	(9.979)	(227)	(454)	(680)	(8.618)
Total	3.190	(11.065)	(1.086)	(454)	(680)	(8.618)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende sua energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos vinculados ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

A Companhia não apresentou saldos expostos aos indexadores que estariam sujeitos a apresentação da análise de sensibilidade.

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre arrendamento	9	67	-
(Aumento) redução em aquisição de imobilizado	10	(67)	-
(Adição) Arrendamento	9	(878)	-
Provisão para desmobilização	13	878	-
(Aumento) redução em fornecedores	11	(14.522)	15.785
Aumento (redução) em derivativos a receber	21.a	14.522	(14.522)
(Aumento) redução em aquisição de imobilizado	10	-	(1.263)
(Aumento) redução em aquisição de imobilizado	10	(79)	-
(Baixa) Arrendamento	9	79	-
Adiantamento de clientes	12	505	-
Juros capitalizados imobilizado	10	(505)	-

24 Contingências

Ao final de cada exercício com base em informações disponibilizadas pela área jurídica da Controladora final Echoenergia Participações, a Companhia avalia se existem possíveis contingências passivas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas contingências passivas com probabilidade de perda provável ou possível.

25 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	2.163	2.163	2.163	2.163	23.792
Contratos de (O&M) (b)	2.228	2.620	2.731	3.153	34.683
Total	4.391	4.783	4.894	5.316	58.476

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2022 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

26 Eventos subsequentes

a) Mudança de controle

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084 assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas

b) Mudança de regime tributário.

Para o exercício de 2022, a Companhia passou a adotar o lucro presumido para a apuração do IRPJ e da CSLL e o regime cumulativo para o PIS e a COFINS.